

# TCE aponta falhas na licitação do transporte; entrega é adiada

Prazo para receber envelopes passa para 25/2; processo se arrasta desde 2016

Por Moara Semeghini  
e Raquel Valli

A Prefeitura de Campinas adiou em 15 dias o cronograma da licitação do transporte público coletivo. A entrega dos envelopes com as propostas, que ocorreria em 10 de fevereiro, foi remarcada para 25 de fevereiro. A abertura dos documentos ficou para 5 de março.

De acordo com a Secretaria Municipal de Transportes (Setransp), a mudança foi motivada por apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que identificou inconsistências técnicas em planilhas do edital.

Segundo a Administração, o TCE notificou a pasta sobre erro no cálculo do chamado Fator de Utilização (FU), índice que define quantos profissionais são necessários, em média, por veículo para garantir a operação do sistema, considerando folgas, férias, afastamentos e turnos. Também foram apontadas falhas na estimativa de benefícios trabalhistas, que não contemplavam integralmente os encargos legais.

A Setransp e a Emdec (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas) informaram, em nota, que optaram por corrigir os dados antes da sessão pública para evitar atrasos



*Edital do transporte público coletivo em Campinas está há quase 10 anos em discussão*

maiores no processo. A errata da planilha deve ser publicada até 13 de fevereiro. O edital prevê a concessão do transporte coletivo convencional por 15 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. O contrato total é estimado em cerca de R\$ 11 bilhões. Os investimentos incluem aproximadamente R\$ 1,7 bilhão para renovação da frota de ônibus ao longo do período, além de recursos para tecnologia embarcada, terminais e estações, o que pode elevar o montante total

para R\$ 1,9 bilhão. A Prefeitura afirma que o modelo proposto separa a tarifa paga pelo usuário da tarifa de remuneração das empresas operadoras, permitindo políticas de subsídios e gratuidades, desde que respeitadas as regras fiscais. A elaboração do edital contou com consulta pública e audiências com conselhos municipais e entidades da sociedade civil. Segundo o município, foram analisadas cerca de 1,1 mil contribuições da população. Apesar disso, o processo de concessão

se arrasta há quase uma década e acumula sucessivos adiamentos.

## Avaliação técnica

Para o mestre em Planejamento Urbano Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec, dois pontos centrais precisam ser observados no processo licitatório: o rigor no cumprimento das determinações legais e o modelo de rede que será implantado na cidade. Na visão do especialista, a demora para conclusão do edital é um sinal de alerta. "Me parece

que o edital, que já está há quase dez anos em discussão, ainda não encontrou o seu caminho perfeitamente. Isso é um fator de bastante preocupação", diz.

Silva defende que o debate não deve se limitar à burocracia do processo, mas avançar sobre o que a cidade espera do transporte coletivo nos próximos 15 anos. "O transporte coletivo precisa ter canaletas, faixas exclusivas e prioridade semafórica. O ônibus deveria parar basicamente nos pontos de embarque e desembarque", explica. Segundo ele, a redução do tempo parado no trânsito tornaria as viagens mais rápidas e competitivas em relação a carros e motos. Ele acrescenta que a eficiência operacional também traz ganhos ambientais. "Um ônibus que circula melhor consome menos diesel, polui menos e reduz impactos na saúde pública, mesmo para quem não usa o transporte coletivo", afirma. Outro aspecto apontado por Silva é a abrangência territorial do serviço. Para ele, o edital precisa garantir cobertura ampla e pensar diferentes perfis de usuários. "É importante ter ônibus para toda a população, linhas paradas, serviços seletivos de maior conforto, política de descontos ou assinaturas mensais. Tudo isso define inclusão", destaca.

# Polícia Civil interdita clínicas de estética

Duas clínicas de estética foram interditadas nesta quinta-feira (5) em Campinas durante uma operação conjunta da Polícia Civil e da Vigilância Sanitária após denúncias de funcionamento irregular e aplicação de medicamentos para emagrecimento sem autorização médica. Uma farmacêutica foi presa em flagrante no local. A ação foi conduzida por policiais civis da 1ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG), da DEIC, com apoio de fiscais sanitários. Os estabelecimentos ficam nos bairros Jardim Guanabara e Jardim Flamboyant. No Jardim Guanabara, a equipe encontrou 19 frascos de substâncias emagrecedoras injetáveis, suplemento vitamínico vencido e toxina botulínica armazenada fora da temperatura adequada. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, documentos apreendidos indicam que o local funcionava simultaneamente como clínica de estética e farmácia, com indícios de fracionamento e envase clan-

destino de medicamentos.

Uma mulher que atuava como farmacêutica foi presa em flagrante. Ela foi indiciada e encaminhada à Cadeia Pública de Paulínia, onde permaneceu à disposição da Justiça. O caso foi registrado na 1ª DIG, e as investigações continuam. Já no estabelecimento do Jardim Flamboyant, a Vigilância Sanitária identificou uma série de irregularidades sanitárias e estruturais. Entre elas, a realização de procedimentos injetáveis e uso de equipamentos sem licença, ausência de responsável técnico habilitado e aplicação do medicamento Tirzepatida (Mounjaro) sem autorização para atividades médicas. A fiscalização também apontou prontuários desorganizados, falta de laudos de manutenção e calibração de equipamentos e condições inadequadas de higiene, com móveis sujos e agulhas e seringas armazenadas de forma irregular.

## Clínica no Cambuí

A Vigilância interditou uma clínica de estética que funcionava na Rua dos Bandeirantes, no Cambuí, em novembro de 2025. A ação determinou a interdição total e fechamento do local diante de reincidência e novas irregularidades. O local havia sido interditado três vezes após denúncias e inspeções. O espaço seguia com infraestrutura inadequada para operar serviços de saúde e estética, ser feito uso de produtos sem padrões de identidade, qualidade, segurança e com data de validade expirada.



*Polícia e Vigilância interditam clínicas de estética em Campinas*